

c) SPED – Sistema Público de Escrituração Digital - Sistema desenvolvido pelo fisco das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Dentre seus módulos:

NF-e – Nota fiscal eletrônica: implantação das funcionalidades de denegação de autorização de uso de NF-e nas operações internas e interestaduais; uso das informações NF-e aprimorado, com universos no datawarehouse (BO) e relatórios <i>InfoView</i> , atualizados diariamente.
CT-e: Sistema de Conhecimento de Transporte Eletrônico: implantação em produção da SEFAZ Virtual de Contingência (SVC) de São Paulo; disponibilização do emissor gratuito do CT-e com a nova versão do CT-e; disponibilização de Universo no BO (CT-e e Credenciados no CT-e);
EFD – Escrituração Fiscal Digital: implantação do cronograma da obrigatoriedade EFD de todos os RPA até 2014 - Comunicado DEAT EFD 5/2012; informações da EFD : disponibilizadas por meio do Ofício Circular DEAT 39/2012.
SAT - Sistema Autentificador e Transmissor: projeto aprovado em teste piloto: finalização do sistema de retaguarda da SEFAZ/SP e contratação de fornecimento de certificados digitais pelo IMESP; publicação da Portaria CAT 147/2012 (implantação do SAT e seu cronograma de obrigatoriedade).
SPED CONTÁBIL: novos roteiros de auditoria foram criados para adequar-se aos padrões contábeis internacionais e atender o Sistema. Em setembro, ocorreu o 1º curso de auditoria contábil digital com o uso de arquivos do SPED. Participantes: 72 AFRs das 18 Delegacias do Estado.

d) Processo Administrativo Tributário eletrônico (Sistema e-PAT) – 2012 foi o ano em que se implantou completamente o Contencioso Eletrônico – ePAT, atingindo-se o índice de 100% de AIIMs lavrados nesta plataforma desde o mês de março e; implantação de novos módulos, como a representação por crime de sonegação fiscal, a análise de parcelamentos e liquidação com crédito acumulado, e diligência dos órgãos do julgamento e representação fiscal. Foi efetivada a integração do DEC com o ePAT. Outros sistemas estão com integração prevista para 2013, como o da Consulta Tributária Eletrônica.

e) eCredRural - Implantação de sistema eletrônico para gerenciar créditos do ICMS de produtores rurais e de cooperativas de produtores rurais (substituiu demonstrações em papel e o deslocamento físico de contribuintes às Unidades de Atendimento da Secretaria). Ganador, em Setembro, do prêmio e-GOV 2012 – Categoria “e-Serviços Públicos”. Desde janeiro, o sistema e-CredRural faz o controle da apropriação e utilização de crédito de ICMS de produtores e de cooperativas rurais, beneficiando aproximadamente 400 mil contribuintes.

f) Sistema de Crédito Acumulado – Melhoria de funcionalidades para recebimento de arquivos da sistemática de “Custos”; ambiente para testes do contribuinte e verificações sumárias pelos Agentes Fiscais.

g) Projeto Profisco – *Novo relacionamento eletrônico com o contribuinte* – Elaboração de edital de contratação de consultoria para auxílio na construção de portal eletrônico de serviços na internet.

h) GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS) Substitutiva pela internet - Foi publicada a Portaria CAT 103/2012, possibilitando o recebimento pela internet dos pedidos de substituição de GIA, com a diminuição da necessidade de deslocamento dos contribuintes aos Postos Fiscais, e maior visibilidade do trânsito interno destes pedidos. *GIAs substitutivas* recebidas: cerca de 80.000 por ano.

i) Comércio eletrônico – Implantação de pós validação de arquivos de comércio eletrônico para verificação de validade do certificado digital do contribuinte; Implantação webcad – ferramenta de consulta ao cadastro de contribuintes da Sefaz. Estudos guerra fiscal comércio eletrônico.

j) Continuidade do aperfeiçoamento dos esforços para o controle e a fiscalização do IPVA, ITCMD, Taxas e dos Cartórios.

IPVA

Divulgação de cartilha explicativa sobre situações práticas do IPVA aos proprietários de veículos automotores.	
Fiscalização e cobrança do IPVA de veículos licenciados em outros estados	<i>Resultado Parcial:</i> 341 veículos autuados. <i>Valor Total:</i> R\$ 851.344,67.
Agilização da cobrança dos débitos, no próprio ano de incidência.	<i>Débitos Lançados:</i> 4.176.368 <i>Valor Total:</i> R\$2.564.724,56
Continuidade da construção do Cadastro de Contribuintes de IPVA.	

ITCMD: Utilização, desde 2009, dos dados do Imposto de Renda para fiscalização do ITCMD sobre doações (cobrança de mais de R\$ 60 milhões até o momento).

Taxas: Nova lei de Taxas em elaboração;

Cartórios:

Desenvolvimento	
Sistema para cadastramento dos cartórios e envio de informações de escrituras lavradas em que há incidência de ITCMD	-cartórios cadastrados: 1.200 -escrituras recebidas: 40.000
Módulo para o envio de informações de venda de veículos que tiveram firma reconhecida nos cartórios.	

k) Simples Nacional – Planejamento e adoção de roteiro de fiscalização de empresas do Simples Nacional, com revisão das rotinas. *Resultado:* redução de 50% no tempo gasto na fiscalização.

Utilização dos dados da Nota Fiscal Paulista para fiscalização do Simples Nacional. Cruzamento com informações de cartão de débito/crédito. <i>Resultado:</i> em cerca de 500 acionamentos fiscais (omissão de receita da ordem de R\$ 900 milhões em 2010).
Notificações de cobranças: em dezembro de 2012 foram enviadas 8 mil notificações, relativas a débitos de diferencial de alíquota ou substituição tributária do ano de 2007.
Defesa da aplicação da substituição tributária dentro do Simples Nacional com participação de debates junto à frente parlamentar da micro e pequena empresa.
Desenvolvimento de projeto de conta fiscal para débitos dentro do Simples Nacional.
Início do modelo de fiscalização orientadora , onde empresas que apresentam pequenos indícios de sonegação são beneficiadas com envio de avisos eletrônicos permitindo a regularização espontânea.
Sistema único de fiscalização no Simples - desenvolvimento em conjunto com a Receita Federal. <i>Objetivo:</i> permitir a todos os entes federativos lavrar um auto de infração através de uma única ferramenta.
Decreto e Portarias publicadas em outubro: a) Decreto nº 58.451 e Portaria CAT-142 simplificaram os procedimentos de baixa de contribuintes optantes do Simples Nacional; Portaria CAT 141: dispensou o Microempreendedor Individual - MEI da entrega da Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota - STDA referente às operações e prestações praticadas nos anos-base 2009 e 2010 e o liberou da obrigatoriedade de preencher e enviar a STDA ano base 2011.

l) Programa Gerenciador de Serviços Fiscais – PGSF - Implantação do Módulo de Produtividade, em operação desde agosto, embora ainda sofrendo ajustes técnicos.

m) Início da “Operação GIA X NF-e”- Confrontou débitos declarados em GIA com os débitos destacados nos documentos fiscais eletrônicos emitidos pelos contribuintes dos Setores de Eletroeletrônicos, Metalúrgicos e Máquinas, para os exercícios de 2010 e 2011. Com apenas um terço dos trabalhos concluídos, foram lavrados 16 AIIMs, que resultaram em crédito tributário superior a R\$ 128 milhões.

n) Operação Alumínio – Combate a fraudes no setor de alumínio, por parte da Setorial Metalúrgico e da Assistência de Fiscalização Especial. *Resultados até 31/12/12*

Foram lavrados 87 Autos de Infração (AIIMs). <i>Total:</i> R\$ 142 milhões. <i>Trabalhos fiscais em andamento-</i> estimativa do imposto: R\$ 210 milhões.
--

o) Operação Etileno - Deflagrada em 09/06/11 para combater fraude fiscal estruturada (FFE) no setor de plásticos (PET e polietileno) envolvendo a simulação de operações com a Zona Franca de Manaus para usufruir indevidamente de benefícios fiscais. Análise fiscal concluída com ações fiscais derivadas em andamento. *Resultados até 31/12/12*

Incremento da arrecadação por mudança de comportamento do alvo principal: R\$ 18 milhões. <i>Total de Autuações:</i> R\$ 187 milhões.
--

p) Operação Passeio - Deflagrada em 24/04/12 para combater FFE, no setor de artigos esportivos envolvendo operações interestaduais com aproveitamento de benefícios fiscais visando à geração de créditos indevidos. *Situação Atual:* Análise Fiscal Concluída. Plano de Trabalho dela derivado: em execução. *Resultado até 31/12/12:*

<i>Total de Autuações:</i> R\$ 117 milhões.

q) Operação Czar - Deflagrada em 16/05/12 para combater FFE no setor de bebidas (cervejas). Análise fiscal concluída definindo-se um Plano de Trabalho a ser executado em 2013. *Resultado até 31/12/12:*

Incremento da arrecadação por mudança de comportamento dos alvos: R\$ 138 milhões.
--

r) Operação Falsa Corrente - Deflagrada em 02/10/12 para combater FFE envolvendo empresas atacistas paulistas e de outros estados, em especial nas operações com produtos alimentícios e de higiene, sujeitas ao regime de Substituição Tributária. Resultados até 31/12/12:

Suspensão da Inscrição Estadual de 08 empresas. Análise fiscal em andamento

s) Operação Quebra-Gelo I e II - Investiga contribuintes suspeitos de emissão irregular de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que foram identificados com base em análises de Data Mining (varredura em bancos de dados). Se comprovado dolo nas operações inidôneas, haverá ainda representações para fins penais:

	Quebra-Gelo I	Quebra-Gelo II	Total
Estabelecimentos fiscalizados	234	218	452
IES suspensas	190	163	353
ICMS destacado em notas fiscais eletrônicas (NF-e) Bloqueado	R\$ 520 milhões	R\$ 134 milhões	R\$ 654 milhões

t) Fiscalização Eletrônica de Veículos - Utilização dos dados de passagem de veículos (sistemas “SEM PARAR” e radares OCR) para o controle de mercadorias e a investigação de fraudes. Participação no projeto de 500 radares OCR da Prefeitura de São Paulo. *Fiscalização de IPVA: Piloto* a partir da seleção de 450 veículos. *Resultado:*

Lançamento de débitos para 27 veículos, sendo recolhidos R\$ 37.294,83 e 8 veículos transferidos para São Paulo. Iniciado novo plano, com identificação de cerca de 120.000 veículos, sendo 3.119 pertencentes a pessoas físicas domiciliadas em todas as regiões do estado.
--

u) Setor de Combustíveis – Continuidade da política de ações firmes no setor, seja nos controles cadastrais, seja no combate à sonegação, à fraude, à inadimplência fraudulenta, à falsidade ideológica e à adulteração do produto. Em 2012, foram realizadas:

<i>Fiscalizações em Postos de Combustíveis</i> no Estado: 2.154. <i>Resultado:</i> 128 postos cassados por irregularidades. O índice de desconformidade no período caiu para 4,26%. Neste ano foi atingida a marca de 1.000 postos cassados desde o início da operação, em 2005.
--

v) Setor de Comunicações e Energia – Operações em andamento: 28. Já foram lavrados 40 AIIMs que totalizaram mais de R\$ 2 bilhões.

w) RECOPI Nacional - Implantação do Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune – RECOPI e apresentação do referido sistema no CONFAZ com a elaboração do Convênio ICMS 9/2012 para utilização pelos demais Estados da Federação a partir do ano de 2013.

x) Papel Imune: ações de combate às fraudes, intensificadas através da implantação do sistema RECOPI, que já possui mais de 1.400 empresas e 1.500 estabelecimentos credenciados, com mais de 3.900 perguntas respondidas no Canal “Fale Conosco”. Mais de 19 empresas já foram consideradas como Nulas ou Inaptas, sendo descredenciadas do RECOPI. Há mais de mil Pedidos de Verificação Fiscal em andamento e foram lavrados mais de 100 AIIMs, num crédito tributário de cerca de R\$ 280 milhões.

y) Procuradoria Geral do Estado – PGE - Continuidade da parceria, visando à reversão de medidas judiciais liminares e à cobrança de inadimplentes, incluindo a produção de Notas Técnicas dimensionando situações de prejuízo ao erário, como por exemplo, a Operação Penhora de Recebíveis (Segunda Fase), em que a PGE requer em execuções fiscais a penhora de recebíveis das administradoras de cartões de crédito e de débito utilizados pelos clientes das empresas varejistas com débitos inscritos na Dívida Ativa. Foram elaboradas 1.059 Notas Técnicas no primeiro semestre de 2012.

z) Guerra Fiscal – Autos bilionários contra a guerra fiscal foram lavrados no âmbito da operação Tolerância Zero, em autuações que questionam valor de imposto retido em favor do erário paulista, quando a mercadoria envolvida recebeu benefício fiscal ilegal na origem. O crédito tributário já passa dos R\$ 6 bilhões.

aa) Guerra dos Portos - No caso da importação de bens e mercadorias, houve a importante aprovação da Resolução 13/2012 pelo Senado Federal, que implanta, a partir de janeiro de 2013, a alíquota única de 4% neste tipo de operação, minimizando os efeitos da chamada “guerra dos portos”. A partir de 01 de janeiro de 2013, entram em vigor novas obrigações acessórias, visando coibir fraudes que poderão surgir com a nova medida. Estes novos controles, como a Ficha de Controle de Importação (FCI), estão sendo divulgados interna e externamente, para melhor cumprimento pelos contribuintes e verificação pelo fisco.

ab) Substituição Tributária – Validação do processo de revisão de margens de valor agregado (MVA) patrocinadas pelas entidades representativas dos setores econômicos com a elaboração dos institutos de pesquisas de preços, estudo do deslocamento do polo passivo da substituição e fiscalização permanente de substitutos tributários do ICMS localizados em outras UFs.

ac) Novas Receitas - Estruturação da fiscalização de receitas de “royalties” do petróleo.

ad) Atualização no CADESP - Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de São Paulo – Houve a cassação de 25.911 Inscrições Estaduais por inatividade presumida, promovendo o saneamento deste cadastro.

ae) Implantação de nova política de atendimento ao público – Tem como pilares as “centrais de multisserviços”, o SIGA - Sistema de Gestão do Atendimento Presencial, o Guia de Serviços e Manual do Atendente, a BIA – Base de Informações do Atendimento e o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos por internet e por telefone. Em 2012, foram realizados:

- <i>Atendimentos Presenciais:</i> mais de 2 milhões, sendo 85% realizados em menos de 10 minutos.
- <i>Avaliação dos usuários do serviço prestado:</i> nota média de 3,9 (nota máxima 4), o que representa excelência no atendimento. O atendimento está sendo aperfeiçoado em todos os canais de relacionamento da Sefaz.

af) Regime Especial - Controle dos prazos de vigência e manutenção do Sistema Regime Especial na página da DEAT na Intranet. *Pedidos de Regime Especial:* foram analisados 1250 processos, sendo deferidos 426, indeferidos 216, revogados, cassados, e outros 117, com 759 decisões e 491 despachos interlocutórios.

ag) Cooperação com órgãos externos – assinala-se a renovação, por mais 5 anos, de Termo de Cooperação Técnica entre as Secretarias da Fazenda de São Paulo e de Minas Gerais, com os Ministérios Públicos destes dois estados, o que continuará a permitir a atuação conjunta e a troca de informações, sempre com resultados muito positivos para todas as partes, permitindo combate mais eficiente e efetivo às fraudes fiscais estruturadas.

ah) Nota Fiscal Paulista – Diversos aprimoramentos efetuados no sistema da Nota Fiscal Paulista, como a acessibilidade a deficientes visuais.

NFP: Autuações no âmbito do direito do consumidor

	29/09/2011 a 03/12/2012
Autos de Infração	21.808
Fornecedores Autuados	17.538
Denúncias Autuadas	153.611
Pagamentos (dez/11-dez/12): R\$ 27.918.006,84	